



Políticas de “*Diabolização*” das Juventudes¹

Miriam Pires Corrêa de Lacerda²

Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RGS

Resumo

Partindo-se do pressuposto que os discursos midiáticos produzem efeitos e interferem nos modos de ser, de agir e de narrar os jovens busca-se analisar elementos que, na hipótese desse estudo, possam ser representativos de uma política de linguagem que produz a *diabolização* das juventudes para esse texto, uma estratégia política da linguagem que tenta fixá-las em um quadro identitário. Apostando na possibilidade de uma linguagem que acolha a singularidade, que afirme a pluralidade e não negue a diferença acredita-se que a discussão do tema suscita um espaço agonístico que contribui para o reconhecimento da diversidade dos modos de existir como jovem, no mundo contemporâneo.

Palavras-chave

Mídia; juventudes; subjetividade; política de linguagem.

A título de iniciação...

Este artigo, recorte da tese de doutorado intitulada “Políticas de “*Diabolização*” das Juventudes: Educação, Mídia e Subjetividade” defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS, convida a pensar como *um* dispositivo midiático opera na criação de uma política de linguagem que vem produzindo a “*diabolização*” das juventudes.

Estamos vivendo um delicado processo de questionamento do universo conceitual sobre o qual a Modernidade se assentou. É necessário repensar valores, avaliar relações culturais, discutir os efeitos da comunicação bem como as ordens que governam seus modos de enunciação. Somente a partir de uma crítica rigorosa às crenças que foram sendo constituídas no decorrer da história da cultura – com suas pretensões de universalidade – poderemos criar as condições de possibilidade para novas experiências do pensamento e da vida.. Neste texto, falar em políticas de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista CAPES do Programa Nacional Pós Doutoral (PNPD) PPGE-PUCRS, e-mail: miriam_lacerda@terra.com.br



diabolização das juventudes significa referir-se a uma Política de Linguagem que se pretende em vantagem em relação aos próprios jovens.

Mídia: um território de poder agenciador de subjetividades

Considerando que, na contemporaneidade, as interações sociais são atravessadas por processos e estratégias, que contribuem para o surgimento de novas formas de subjetivação, proponho abordar nesse texto, a mídia como um “território de poder” agenciador de subjetividades.

Constata-se que boa parte dos textos que tematizam a juventude na mídia impressa dizem respeito a quem é, como se comporta, o que querem os jovens, evidenciando uma concepção “*normativa*” de juventude. Uma concepção de tal natureza opera uma tentativa de aproximação de sujeitos distintos - de diferentes maneiras - às normas ou prescrições estabelecidas. Isso ocorre segundo um modo consentido pelo sistema, o que, a um só tempo, concorre para uma busca constante em modelar o outro e uma consequente dificuldade com a diferença.

Os jovens ocupam lugar privilegiado na enunciação midiática contemporânea que, ao fazer uso de mecanismos psicológicos intensos, colocando em circulação textos, imagens, saberes que, de alguma maneira, prescrevem modos de ser, pensar e se colocar na vida, interfere na constituição das subjetividades. Tornero (1998) identifica três fases no movimento discursivo midiático. Destaco a primeira, por meio da qual, maneiras de ser e de estar são apresentadas aos jovens como modelos ideais a serem seguidos.

Sob esse enfoque, permito-me compreender a mídia como espaço de possibilidades e de realidade material pré-existente a qualquer conhecimento e a qualquer prática a que será objeto. Essa mesma mídia territorializa-se na medida em que se exercem ações constitutivas da experiência subjetiva, uma vez que o público, seja ele um espectador ou um leitor, faz-se presente na cena, como resultado de um dispositivo de representação.

Foucault em entrevista concedida a Dreyfus e Rabinow (1995, p. 242), refere que o *poder* “só existe em ato. Não há algo como o *poder* ou do *poder*. Só há poder exercido de uns sobre os outros”. E, ainda, “aquilo que se define como uma relação de



poder é um modo de ação que não age direta ou imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 243).

Raffestin (1993) servirá de suporte para definir o que me proponho a dizer quando utilizo a expressão mídia como *território de poder*. Espaço e território não são termos equivalentes. O território forma-se a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator.

Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstrato, o ator territorializa esse espaço. O território é, então, um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Dessa forma, ao projetar uma figura estereotipada marcada essencialmente por traços que se supõem característicos dos jovens, também os discursos midiáticos concorrem para que essas imagens sejam tomadas tanto pelos adultos e quanto pelos jovens.

“Diabolização” das Juventudes: uma Política de Linguagem

Estamos diante de uma nova condição juvenil, distinta, por vezes, assustadora e que vem sendo descrita em um significativo número de discursos midiáticos, como constituída por seres irresponsáveis, inconseqüentes, desinformados. Família, escola, mídia entre outros discorrem sobre esse jovem e põem a funcionar um discurso que produz o jovem *diabolizado*.

A expressão *diabolizado* foi por mim escolhida a partir da observação de um processo de desvalorização das estéticas juvenis. Quando os adultos dizem: “Fulano é um diabo” querem fazer referência a alguém que desafia constantemente os padrões estabelecidos pelas figuras de autoridade e, com isso, representa uma constante ameaça à ordem social existente. Ao aprisioná-lo sob o conceito de “diabo”, opera-se um desinvestimento nas características que diferenciam os jovens entre si para reter na consciência, unicamente, as homogêneas. Se olharmos com cuidado para essa prática discursiva ver-se-á que ela emerge em um tempo em que, de um lado, se assiste ao ocaso do poder na sociedade de normalização disciplinar e, de outro, mantém-se a ilusão de que tudo se resolveria por essa via. Em muitas circunstâncias, nega-se que a sociedade e os indivíduos mudaram e busca-se, nas antigas fórmulas de gestão da riqueza humana, a resposta para novos conflitos. Entendo que a “*diabolização*” foi



criada como possibilidade de aquietar a multiplicidade de sentidos produzidos pelas juventudes.

Se, para fazer funcionar a biopolítica da sociedade da normalização, eram necessárias instituições que assegurassem, por meio de mecanismos, nem sempre tão sutis, a obediência e a adoção de padrões socialmente desejados e, por meio de justificativas racionais, convencessem da importância do exercício de poder para a produção desta disciplina, hoje, assistimos ao refinamento das tecnologias de controle. Elas fornecerão as bases para que estilos de vida e subjetividades possam, pela via do poder da informação e da comunicação, serem constituídas. Isso vai determinar um alargar-se da abrangência dos mecanismos que nos comandam. Atuando sobre os corpos e os cérebros, os comportamentos de inclusão e de exclusão são, cada vez mais, adotados por todos nós, de forma tão refinada, que sequer nos damos conta. Se antes, para o exercício do poder disciplinar, eram necessárias instituições que lhe dessem guarida, como exemplo, a escola, os conventos, o exército entre outras – hoje o controle se alastra para muito além, já que faz uso de tecnologias de rede para exercer a biopolítica da vida.

Nesse cenário a mídia vem ocupando um lugar estratégico na configuração de novas modalidades de socialização. Essa radical transformação contribui para que o espaço de construção de nossas subjetividades se constitua a partir de múltiplas referências que são, por vezes, incoerentes e fragmentadas. Veiga-Neto (2003, p. 140) destaca uma importante mudança operada na forma como nos subjetivamos.

[...] de uma subjetivação em que a disciplinaridade é central [...] está-se passando para uma subjetivação aberta e continuada – na qual o que mais conta são os fluxos permanentes que, espalhando-se por todas as práticas e instâncias sociais, nos ativam, nos fazem participar e nos mantêm sob controle.

Estar no mundo implica produzir e ser produzido pela cultura. A cultura está no centro dos processos, não apenas globais, mas da vida cotidiana, destacando-se o seu papel na produção discursiva do que está ao redor e na construção de subjetividades. Existe, pois, uma clara imbricação entre cultura, discurso midiático e produção subjetiva.

A mídia, instância social que produz e veicula cultura, toma e interpreta os discursos produzidos em distintos campos do conhecimento, avaliando-os e atualizando-



os, mediante depoimentos de *experts*. É nesse sentido que acredito que a mídia vale-se dos discursos, principalmente oriundos da Psicologia, para conferir veracidade ao que informa aos diferentes públicos a respeito dos jovens. Assim,

Educar, curar, reformar e punir constituem velhos imperativos: [...] os novos vocabulários fornecidos pelas ciências da psique possibilitaram que as aspirações do governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana que estivesse baseada em seu conhecimento (ROSE, 1998, p.38).

Compreender esses movimentos, conferindo-lhes visibilidade, pode contribuir para que possamos, desestabilizando certezas, entender alguns mecanismos que compõem a discursividade moderna. Nesse artigo, pensar as mídias como produtoras de subjetividade é mais que tomá-las como produtoras de assujeitamentos. É reconhecer a possibilidade de mútua interferência, daí conceber a “*diabolização*” como uma *política* e não meramente como o resultado de um processo de identificação.

Percurso Metodológico

A Modernidade forjou um conceito *sólido* a respeito de juventude e pretendeu que ele se mantivesse o mesmo, através do tempo. De modo mais preciso, produziu-se uma representação ideal da juventude na Modernidade, e se pensou que os jovens manter-se-iam fiéis a ela, em que pese a passagem do tempo.

Nietzsche alertava para esse golpe de linguagem, ao apontar para a tentativa humana de igualar o que não é igual.

Observando o conceito de juventude é interessante notar que vimos tentando constituir, de forma arbitrária, uma homogeneidade teórica que em absoluto, recobre a heterogeneidade da vida em suas múltiplas e ricas manifestações. Essa armadilha, que nos enlaça e nos confere segurança, tem favorecido que acreditemos na existência de atributos comuns a todo e qualquer jovem. Na cena contemporânea, as juventudes têm muitas faces, inundam diferentes paisagens com sua diversidade, destilam suas falas em diferentes espaços, desafiam em sua irreverência o *status quo*...

Entretanto, observo incansável esforço midiático em fazer aparecer aos olhos do grande público “uma” juventude homogênea em que todos se confundem com alguns deles. Dessa forma, ora a descrevemos como [des] preocupada, [ir] responsável, [i]



matura, [des] engajada, [in] quieta, [sem] limites, violenta, [des] respeitosa entre outros predicados pouco lisonjeiros, ora a narramos como na pesquisa sobre “Quem é o jovem brasileiro do século XXI”³, dizendo que “o” jovem brasileiro quer emprego, que entre seus maiores sonhos está a realização profissional e, entre seus maiores valores estão a família, a saúde, o trabalho e o estudo.

Tomar a mídia como um dos territórios de poder implicados na *diabolização* da juventude, por meio de uma política de linguagem, implicou buscar outras ferramentas metodológicas que permitissem percorrer a rapidez e a fluidez com que os conhecimentos na área são constituídos [e desfeitos] e que me possibilitassem estabelecer um nexos entre este mundo nomeado por Bauman (2001) como líquido e o fenômeno a que me propunha investigar.

Por isso, ao percorrer diferentes territórios subjetivos e tendo optado pela cartografia, coloquei-me frente a frente com a necessidade de adotar uma atitude marcada pelo *rigor* em sua tríade dimensão: *rigor ético* que permitiu deixar-me tocar pela força do que escutava e ser afetada pelo inusitado e pela diferença, *rigor estético* que me possibilitou mergulhar de corpo inteiro na escritura sem medo de pensar diferente do que já pensara e perceber diferentemente do que já percebera e *rigor político* que me permitiu estar muito atenta às distintas estratégias que são postas em curso quando o assunto é a produção de subjetividades.

Minha hipótese era de que a *diabolização* da juventude começou a ser gestada como uma resposta ao impasse criado pela impossibilidade de abandonar uma concepção moderna de juventude. Esta dissonância - entre o pensado e o que se apresentava – resultou em uma *política de linguagem* que se pretendeu em vantagem em relação ao próprio jovem, marcada, desde o seu nascedouro, por um julgamento de caráter moral. Assim, eu passei a perseguir uma idéia que me levou a pensar na existência de uma política diabolizadora, que, sendo da ordem da cultura, produziu jovens diabolizados.

A partir de então assumi o compromisso de explorar os discursos de educadores (pais, mães ou professores) como reveladores de práticas que se estruturam a partir de conhecimentos veiculados pelas mídias. Como uma das protagonistas da trajetória que

³A pesquisa foi realizada em 2008, pelo Instituto “Datafolha”, e seus achados foram publicados pelo Jornal “Folha de São Paulo” em 27 de julho.



foi percorrida neste estudo, tive como meta principal investigar e analisar como o dispositivo midiático opera na criação de uma política de linguagem que produz a *diabolização* da juventude. Ao tomar essa linha de investigação pude ainda reconhecer a mídia como espaço social de referência para a construção de subjetividades e refletir sobre as relações entre comunicação e educação, notadamente quando envolve jovens.

Muitos estudos têm privilegiado as temáticas relacionadas às formas culturais que são elaboradas no processo de construção da vida social. Dessa maneira, atentos a essas transformações, passaram a valorizar novas fontes documentais, tais como: jornais, revistas, dentre outros, possibilitando repensar a história dentro de condições particulares, sem esquecer, no entanto, de fazer uma articulação com os conceitos e as teorias próprias ao campo de conhecimento desejado. Sob esse aspecto, Pais (2002, p. 30) contribui quando informa que é nos registros do cotidiano, onde “nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia” que vai se interrogar o “que passa quando nada parece passar”.

A Revista “Veja” é uma publicação semanal da Editora Abril S/A e foi lançada em 1968, sendo considerada a mais importante em circulação e tiragem no país. Destaco que a escolha dessa Revista deveu-se ao fato de reconhecer o poder de circulação deste periódico e o impacto do que veicula sobre o discurso cotidiano de uma certa parcela da população. Não pretendi percorrer exaustivamente todos os artigos que tratam da juventude nesta revista. Quero sublinhar que a escolha das reportagens não pretendeu analisar a Revista, mas sim tomar três textos⁴, que em meu julgamento podem ser considerados como exemplares de uma forma que vem sendo utilizada para se falar dos jovens na mídia.

Análise dos Modos de Endereçamento dos Textos

A discussão dos textos que investigou a mídia como um território de poder constituidor de subjetividades foi atravessada por dois movimentos distintos. No primeiro, ao analisar os textos da revista, busquei entender as formas de endereçamento

⁴As três reportagens a que faço referência são:

“Com medo dos alunos” publicada em 11 de maio de 2005.

“Geração Vaidade” publicada em 11 de maio de 2005.

“A tribo dos meninos perdidos” publicada em 10 de janeiro de 2007.



utilizadas quando da escrita das reportagens e não pude deixar de implicar-me na condição de leitora/ouvinte. Perguntei-me:

Qual o leitor pretendido por este texto? Esse primeiro movimento não foi apenas uma exposição dos modos de endereçamento próprios do texto, mas também uma espécie de inventário dos modos como ele me “acertou” e me “errou”, permitindo o exercício do pensamento, no que ele pode ter de mais vigoroso e vital. No segundo movimento, percorri os efeitos dos textos, a partir da escuta sensível que fiz dos jovens, pais/mães e educadores nos grupos focais, nas rodas de conversa, nas vivências como orientadora educacional e professora, para, a partir disso, descrever alguns modos de operação da mídia como política de linguagem *diabolizadora* da juventude, tanto em sua efetividade quanto em sua falência. Perguntei-me: Quais os efeitos que esse texto provoca no leitor e que movimentos são desencadeados a partir disso?

Análise dos Efeitos de Sentido produzidos pelos Jogos Escuta/Leitura

O conceito de *modos de endereçamento*, cuja origem reporta-se à teoria do cinema têm, segundo Ellsworth (2001, p.10), “um enorme peso político” estando presente sempre que, através de um filme e eu acrescento, de um texto, aponta para a idéia de quem o autor pensa que somos nós, os seus espectadores ou leitores. se propõe tornar pública e as experiências dos espectadores/leitores. Perceba-se que o sentido de um texto ou de um filme não é construído de forma aleatória, mas tem como propósito “endereçar”, comunicar alguma coisa, valendo-se para tanto, de uma estreita articulação entre a mensagem que se propõe tornar pública e as experiências dos espectadores/leitores.

Assim, “o modo de endereçamento não é um momento visual ou falado, mas uma estruturação – que se desenvolve ao longo do tempo – das relações entre o filme (e aqui me permito pensar, do texto) os seus espectadores (no meu caso, leitores)” (ELLSWORTH, 2001, p.10). Trata-se, assim, de um processo por meio do qual, sem se dar conta, o espectador/leitor é convocado a ocupar uma determinada posição, a partir da qual se deseja que ele “veja” um filme ou “escute” um texto. Segundo a mesma autora, “os filmes (e para mim os textos) visam e imaginam determinados públicos. Eles também desejam determinados públicos” (ELLSWORTH, 2001, p.14).



Alguns estudiosos tomaram e pensaram essa convocação a partir do conceito de interpelação⁵ tal como Lacan o propõe. A partir desse conceito, pressupõe-se que os expectadores/ leitores possam ocupar uma determinada posição. A meta permito-me afirmar, é produzir um determinado tipo de público, educando-o, formando-o para determinadas formas de ler e de habitar o mundo.

A maneira como um texto é *recebido* não se dá meramente na posição passiva do espectador frente ao endereçamento feito, mas desencadeia um jogo tenso de negociação entre a interpelação que o texto faz e a posição em que efetivamente o leitor se encontra. Nesse sentido, não há garantia de que o texto vá operar na direção pretendida pelo endereçamento, mas não se pode deixar de afirmar que todo texto tem um pretense endereço.

Considerando-se que para funcionar, o texto precisa engendrar uma relação muito particular com seu público, que se encontra além do posicionamento espacial, porque contempla ainda relações e interesses de poder, foi importante perguntar aos textos quem era o público que a Revista desejava capturar? Em que medida esse público – dada a sua condição econômica, cultural e política entre outros marcadores identitários – interferia na construção de um olhar hegemônico e determinava uma modalidade de conceber a juventude? Como esse modo de pensar a juventude brasileira repercute, por exemplo, na definição de políticas públicas para a mesma?

O modo de endereçamento, embora não seja onipotente, afeta tanto as relações sociais quanto as de poder. Com base nisso, experimentei operar intencionalmente uma mudança, convocando os leitores a “ler” os textos que apresentei com “outros óculos”, na expectativa de que, ao propor outras posições de sujeito, que talvez não estivessem de antemão, presentes e valorizadas, encontrasse brechas para mudança em textos que parecem engessar a leitura. Assim, após haverem discutido e concordado com o que a reportagem “Com medo dos alunos” (Edição 1904, de 11 de maio de 2005) dizia a respeito da omissão das escolas, interpelei aos pais:

⁵O conceito de Interpelação remete a uma imediata resposta frente convocação do sujeito. Para Costa e Rinaldi (2007, p.282) “diz respeito a instalação de uma não operação do tempo para compreender, questão que leva o sujeito à perda da dialética, da escanção e da dúvida, ficando tomado no campo de gozo do Outro”.



- Pelo que me disseram vocês sabem que a escola poderia tomar pulso e não o faz com medo de perder os alunos (*sic*). Isso é coincidente ao que a reportagem informa. A minha questão é saber se vocês pensam que isso está ocorrendo aqui, nessa escola, onde os filhos de vocês estudam e, ainda, se para vocês, efetivamente, a escola está com dificuldade para apontar as possíveis e necessárias mudanças de atitudes dos alunos?

Essa espécie de “giro de quarto de volta” colocou os meus interlocutores em outra posição e levantou, para mim, a questão das diferentes e possíveis escutas a um texto que são feitas por um mesmo sujeito e das diferentes escutas que são feitas por diferentes públicos. Porém, como a linha divisória situada entre o estranhamento decorrente do distanciamento que leva à reflexão, à crítica e ao processo de estranhamento enquanto alienação é muito sutil, nem sempre isso acontece de forma espontânea por parte do leitor, até mesmo em função “da forma como eles negam e denegam os prazeres do ato de ver (e de ler)” (ELLSWORTH, 2001, p. 15).

A partir dessas constatações, pude melhor compreender o espaço volátil, o entre-espaço, que nada mais é que o espaço da diferença que, como um furo, situa-se entre o modo de endereçamento pretendido e a resposta do leitor. Espaço que é “habitado pela diferença entre os conhecimentos conscientes e os conhecimentos inconscientes, entre os desejos conscientes e os desejos inconscientes” (ELLSWORTH, 2001, p. 15). Assim, quando um texto opera na perspectiva de constranger o seu leitor a uma determinada e única forma de escutá-lo, por considerar que aquele sentido imposto é naturalmente bom, por encontrar-se comprometido com certa modalidade de subjetivação, que exclui a singularidade e a diferença, ele não irá permitir as necessárias frestas, tão importantes para as operações de negociação e tensionamento de significados e sentidos que podem acontecer no entre-espaço.

Existe, no entanto, outro modo de operar o endereçamento, uma forma mais flexível, que convida o leitor a exercitar um movimento que abre a possibilidade para novas formas de ver/ler/escutar e pensar sobre si mesmo, sobre o outro, sobre o que se encontra ao seu redor. Tal modalidade comporta a mudança de direção, o tropeço e, por isso mesmo, contribui e compromete-se com o pensar sobre o próprio pensar, resultado de um processo da apropriação crítica de um texto. Esse movimento subversivo que se desencadeia na relação entre o leitor e o texto que a ele se entrega é resultado do caráter



escorregadio do endereçamento. Um texto se entrega para ser escutado, quando autoriza a nos situarmos para além das velhas escutas que já sabemos de cor. Essas velhas escutas, na verdade, são estereótipos que insistem em reger as nossas sensibilidades, comprometendo as possibilidades de orquestrar as diferentes significações.

Escutar um texto significa, para mim, emprestar a ele uma voz e um corpo. Corpo que, atravessado pelas muitas histórias que escutamos a respeito do mundo, sobre nós e sobre o outro, foi sendo marcado de forma indelével, mas que, como corpo desejante, presentifica “todas as emoções [...] mescladas, enroladas [...]” (BARTHES, 1987, p. 35). Um texto deixa-se escutar quando o escritor abdica do seu poder e reconhece-se despossuído de toda a soberania sobre o império do seu texto. Assim, rompendo o silêncio da escrita, as palavras se dão a escutar. Essa escuta é, simultaneamente, desrespeitadora e enamorada.

Considerações que se emprestam para pensar

Ao fazer a seleção das reportagens que foram discutidas na tese, volto a afirmar, não tive a intenção de analisar a Revista, mas sim, tomá-las como exemplares, como substrato de uma ordem discursiva maior que ali deixa algumas marcas, sinais, rastros do modo como endereçam seus públicos. Felizmente, há produção de sentidos no espaço da diferença entre os modos como os textos estão endereçados e a produtiva “distorção” de quem os consome. O que fiz foi tomar, no nascedouro, um conjunto de elementos que se constituíram como um corpo de saberes sobre uma certa forma de tematizar as juventudes. Um fenômeno que emergiu em 2005 e que, gradativamente, veio se consolidando como uma política de linguagem que conjuga o refinamento de muitas tecnologias de informação, e que operou no sentido da consolidação de um mito: O mito da *juventude diabolizada*. Vale lembrar que “são as práticas discursivas que sistematicamente formam os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1986, p.187).

Quando a família, a escola, a sociedade se apropriaram do discurso que dizia ser o jovem um ser bárbaro, sem limites, perigoso, falaram e fizeram esse discurso falar. Um discurso que nasceu no século XXI nas classes economicamente favorecidas para dizer, inicialmente, a respeito dos jovens das classes populares. Porém, o discurso sempre se produz em relações de poder e, como tal, comporta a um só tempo, procedimentos de interdição e de exclusão expressando aquilo “por que, pelo que se



luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2001, p. 10). Se, inicialmente, era fácil dizer quem são os “nossos” e quem são os outros, hoje, não é mais assim, pois os jovens “bem nascidos” estão buscando entre aqueles, elementos para se constituírem como fortes, corajosos, viris.... Assim, ”por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua relação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2001a, p. 10).

Quando as reportagens convocavam *experts* especialmente da área “*psi*” para dar depoimentos, buscavam fortalecer as suas opiniões em pesquisas ou prescreviam modos de comportar-se em relação aos jovens, o faziam a partir de alguns enunciados que foram sendo fixados a respeito de quem é esse jovem. A juventude desamparada, vulnerável, pausterizada, homogênea, universal foi o efeito deste discurso. A juventude como ideal da cultura, paradoxalmente, também o foi.

Ainda estamos acorrentados a uma idéia de que o nosso mundo interno, suposto reduto da subjetividade, estaria imune aos acontecimentos da realidade social muito embora saibamos que hoje, eles concorrem fortemente para o surgimento de novas formas de subjetivação. Nessa perspectiva duas questões se entrelaçam: a primeira referente aos valores veiculados pela cultura e, a segunda aos modos como tais valores são apreendidos e difundidos. No horizonte dessas questões, situou-se a problemática da produção de novas formas de subjetivação em funcionamento.

A política de linguagem que criou a *diabolização* foi a tentativa de submeter a exuberância da vida, às palavras. Nossa vida se transformou em uma verdadeira “compulsão” em tudo nomear: só reconhecemos e consideramos o que é possível traduzir em palavras. Desta forma, a juventude que impacta o social só pode ser reconhecida quando associada à má imagem codificada previamente, resultado do medo da diferença, da sonegação da vulnerabilidade.

A linguagem - aqui entendida como não natural e arbitrária - é constitutiva do pensamento e, o que dizemos, está irremediavelmente, ligada ao ato de dizer. Ao fixar uma suposta identidade juvenil, aparentemente, evitamos o encontro com nossa vulnerabilidade. Existe a possibilidade de uma linguagem que acolhe a singularidade, uma linguagem que afirma a pluralidade e não nega a diferença. Lembro (FOUCAULT,



1992) que as palavras precisam contemplar a possibilidade de deixar as coisas falarem. E as coisas falam/calam de formas diferentes.

Ao escutar os textos, pretendi deixá-los falar porque acredito que a linguagem abre as portas para que possamos conceber, de outra maneira, o próprio conhecimento. E nas escutas que fiz, ressaltou-se a possibilidade agonística dos meus interlocutores. É possível emprestar diferentes vozes aos textos, libertando-os de significados cerrados porque aprisionados em um único regime de verdade. Também é possível pensar em uma grande política de linguagem que se abrindo ao múltiplo pode contemplar o devir. Mas para isso, é inevitável o contato íntimo com a vulnerabilidade humana.

De outra parte, quando penso em vulnerabilidade o meu horizonte se alarga para além de tamponamento apressado. Estar vulnerável remete a um deslizamento diferenciado, pois implica deixar-se afetar por algo, para o que não temos resposta porque sequer sabemos bem o que é.

Afinal, como se chega ao que se é? Como a mídia como um território de poder vem contribuindo para a fabricação do sujeito *diabolizado*? Parece que na tentativa de por “ordem no caos”, nós continuamos tentando classificar o que insiste em nos escapar. E a juventude nos escapa.

Talvez para enfrentar a turbulência que nos invade frente a um grupo que existe e insiste em existir de formas distintas, tenhamos inventado a “*diabolização*”.

Diabolização responde ao impacto decorrente do reconhecimento de que as identidades são híbridas e as subjetividades são mutantes porque fabricadas a partir de diferentes agenciamentos sociais, nos quais a linguagem constrói e reconstrói sentido nos inúmeros jogos languageiros que produzem significação.

Diabolização associa-se a um tempo no qual as fronteiras geracionais, outrora rígidas, se confrontam com a juvenilização da cultura. É a réplica a tudo que por ser da ordem do inaudito, escapa do aprisionamento da linguagem ao inaugurar jeitos de ser e de estar.

A expressão *diabolizados* resultado da *diabolização*, remete a um processo de criação por outrem, pois se próprio sujeito se auto engendrasse ele seria, no máximo,



diabólico. A voz passiva força-nos tematizá-los como sujeitos produzidos na e pela cultura.

Diabolização das Juventudes uma estratégia política da linguagem que fixa as juventudes em um quadro identitário, aparentemente imóvel, o qual, ao mesmo tempo, aplaca o desconforto com a evidência de nossa vulnerabilidade e remete às formas emergentes de existência para um plano de transcendência inacessível, justificando a nossa desistência de convívio, jogo e risco.

Diabolizados é a nossa resposta moderna a todo aquele que resiste à sujeição ordenada.

O mundo ordenado é tão mais fácil de governar! A obsessão em por ordem no mundo nos impede de viver o presente.

Vale perguntar: Para qual futuro se voltam os nossos olhos quando o assunto são as juventudes?

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. vol. 44. Lisboa: Edições 70, 1987

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de Endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de Educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Nunca fomos humanos** – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

FOUCAULT, Michel **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986

_____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001a.

_____. **Ditos & escritos III: Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense, 2001b.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. **Políticas de “diabolização” das juventudes: educação, mídia e subjetividade**. Tese de doutorado PPGEDU- UFRGS. Porto Alegre, 2009



PAIS, José . Machado.. **Sociologia da vida cotidiana: Teorias, Métodos e Estudos de Caso.** Lisboa/Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993

ROSE, Nikolas.. Governando a alma: a formação do eu privado. *In: **Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu.*** Petrópolis: Vozes, 1998

REVISTA “Veja”. **A tribo dos meninos perdidos.** São Paulo: Abril, ed. 1990, 10 de Janeiro de 2007.

_____. **Geração Vaidade.** São Paulo: Abril, ed. 1905, 18 de Maio de 2005.

_____. **Com medo dos Alunos.** São Paulo: Abril, ed. 1904, 11 de Maio de 2005.

TORNERO, Perez; MANUEL, Jose. **El desafío educativo de la television:** para comprender y usar el medio. Barcelona: Paidós, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Cultura, culturas e educação. *In: **Revista Brasileira de Educação*** Mai/Jun/Jul/Ago 2003, n. 23 - Número Especial.
da ABNT 6023.